

## CORREIO BASTIDORES

POR  
FERNANDO MOLICA

Thiago Lontra/Alerj



Deputado do PL preside a Assembleia Legislativa

## Aliados querem ver pré-candidato Douglas nas ruas

Alguns parlamentares do PL fluminense avaliam que passou da hora de o pré-candidato do partido ao governo estadual, Douglas Ruas, gastar sola de sapato. Na avaliação do grupo, Ruas precisa admitir que questões políticas, apurações da Polícia Federal e medidas judiciais inviabilizaram o cronograma fechado desde o ano passado — o jeito, agora, é partir para o corpo a corpo. A estratégia previa que Ruas, com a renúncia do governador Cláudio Castro (PL), seria eleito indiretamente para cumprir o mandato do aliado. No comando do governo, controlaria o processo eleitoral, teria como tomar medidas de efeito midiático na área de segurança que tornariam seu nome conhecido dos eleitores.

## Impasse judicial

Mas tudo desandou a partir do momento em que o Tribunal de Justiça anulou a primeira eleição de Ruas para a presidência da Assembleia Legislativa e ratificou a permanência interina do desembargador Ricardo Couto no governo do Estado. Depois, o Supremo Tribunal Federal empacou o processo de definição da escolha do governador para o mandato-tampão: uma prorrogação que, na prática, mantém Couto no poder.

Reprodução / Facebook de Eduardo Paes



Ex-prefeito, Paes tem participado de eventos no interior

## Ônus sem bônus

Ruas conseguiu ser eleito para presidir a Alerj em 17 de abril, mas, até agora, o STF não deu qualquer sinal de que destravará o processo de escolha de um governador que comandará o estado até o início de janeiro. Para um aliado, integrante do PL, mesmo que consiga ser eleito para o Palácio Guanabara, Ruas teria dificuldades para conquistar ganhos com o cargo: a lei eleitoral impedirá contratações a partir do início de julho e também participação do governador em inaugurações de obras. Teria muitos ônus e poucos bônus.

## Chance aproveitada

Ainda de acordo com este parlamentar, Eduardo Paes, pré-candidato do PSD ao governo, aproveitou a trava aplicada em Ruas para fortalecer sua campanha, rodar o interior — onde tem mais dificuldades —, conversar com prefeitos e outras lideranças locais. Enquanto isso, Ruas ficou preso na burocracia da Alerj. “Ele precisa mudar essa prática”, alerta.

## Desfalques

No PL-RJ há também preocupações quanto à eleição de deputados federais; há muitos desfalques entre os escolhidos em 2022: ligadíssimo ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Hélio Lopes transferiu seu domicílio eleitoral para Roraima; Alexandre Ramagem foi condenado, perdeu o mandato e fugiu para os EUA.

## Altineu quer TCU

Carlos Jordy tenta herdar a vaga para o Senado que seria de Cláudio Castro e Altineu Côrtes busca sua escolha para ministro do Tribunal de Contas da União. Sua ida para o TCU tem chances de ser viabilizada pelo acordo que garantiu a vaga anterior para o então deputado Odair Cunha (PT-MG).

## Expectativa

O senador Carlos Portinho disputa a vaga para o Senado com Jordy e com Sóstenes Cavalcante, ainda que este deva mesmo a reeleição para a Câmara. Há no PL a expectativa de que investigações inviabilizem a candidatura do aliado Márcio Canella (União). Neste caso, o PL ficaria com duas vagas.

## Em campo

Por falar nisso: a página do Senado registra que o senador Romário (PL-RJ) está no exercício de seu mandato. Não se licenciou antes de viajar para os Estados Unidos e, de lá, exercitar a função de comentarista da Copa para a CazéTV e para O Globo. O parlamentar também posta vídeos na Romário TV que são patrocinados pela Superbet.

## Sem pressa

Há no Congresso a suspeita de que o governo não fará muita pressão para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apresse a tramitação da proposta que acaba com a jornada de seis dias de trabalho por um de folga. Mais importante para o Planalto seria usar o tema como mote de campanha.

## Há vagas

O empresariado fechou questão contra a adoção da escala de cinco por dois. Mas alguns setores da economia admitem a dificuldade de contratar mão de obra — diante das propostas oferecidas, muitos jovens preferem criar as próprias alternativas. Donos de supermercados falam que há 350 mil vagas em aberto.



Situação aumenta tensão com Alcolumbre

## Denúncia contra Alcolumbre traz desgaste

Daniel Vorcaro afirma ter pago US\$ 30 milhões para ele

Por Gabriela Gallo

Em meio ao desgaste entre o governo federal e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a situação do senador ficou complicada após reportagem da revista Veja desta semana.

Segundo a reportagem, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, afirmou, dentro da tentativa que faz de delação premiada, que pagou US\$ 30 milhões (o equivale a R\$ 155 milhões) em propina para Davi Alcolumbre em troca de apoio para assuntos de interesse do banco. De acordo com o banqueiro, o valor foi depositado em uma conta no exterior e depois repassado ao parlamentar. A transação financeira foi operada por Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro. O senador nega todas as acusações e disse que acionará a Justiça contra Vorcaro pelas acusações que ele disse serem falsas.

A informação foi divulgada em mais uma tentativa da defesa do banqueiro em fechar um acordo de delação premiada com a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). O pedido, contudo, foi negado pela segunda vez por considerar que os relatos não traziam elementos inéditos suficientes para justificar benefícios negociais.

“Juridicamente, portanto, trata-se de uma acusação sem validação institucional até o mo-

mento. Politicamente, porém, o impacto costuma ocorrer antes mesmo da produção de provas, especialmente quando envolve valores expressivos e figuras centrais da República”, explicou o mestre em direito e professor da Estácio Brasília Armino Madoz em conversa com o Correio da Manhã.

Questionado pela reportagem, o professor reiterou que a denúncia envolvendo Davi Alcolumbre “tende a ampliar o ambiente de desgaste político em torno do caso Banco Master, independentemente de sua comprovação futura”.

“Isso porque Alcolumbre ocupa uma posição institucional estratégica: além de presidir o Senado, é justamente quem possui influência decisiva sobre a instalação e o andamento de uma eventual CPI relacionada ao caso. A coincidência temporal entre as acusações divulgadas pela imprensa e a resistência à abertura de uma investigação parlamentar inevitavelmente alimenta questionamentos políticos da oposição e aumenta a pressão por esclarecimentos”, detalhou Madoz.

O pedido para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o rombo bilionário do Banco Master chegou a 280 assinaturas (238 deputados federais e 42 senadores), superando com folga o mínimo constitucional.